

Retomada dos trabalhos em Perus é visto como marco histórico

Notícias

Enviado por : Ingrid Araújo Campos

Enviado em: 08/09/2014 15:50:00

05/09/2014



O ato que anunciou oficialmente a retomada dos trabalhos de análise dos restos mortais encontrados na Vala Clandestina de Perus foi considerado um marco importante na história do país. Esclarecer em que circunstâncias ocorreram os desaparecimentos forçados durante a Ditadura Militar também é uma forma de evitar que as mesmas práticas continuem ocorrendo no presente.

Durante o ato, realizado no dia 4 de setembro na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), a ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), afirmou que "descobrir a verdade é o desejo do governo e uma obrigação inalienável do Estado brasileiro. A ditadura legou à sociedade obstáculos que precisam ser combatidos para que a democracia se realize cada vez mais plenamente em nosso país". A ministra ressaltou a importância do trabalho conjunto que está sendo feito pelas diversas organizações envolvidas no processo. "Essa luta, assumida com trabalho em várias mãos, remete a um período difícil e doloroso para a sociedade brasileira". Ideli destacou ainda que assumir a tarefa histórica de procurar uma resposta definitiva sobre os desaparecidos políticos da Vala Clandestina de Perus é avançar no combate a todas as expressões da violência de Estado — especialmente o desaparecimento forçado de pessoas, considerado crime de natureza continuada pelos organismos internacionais. O presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, salientou que a retomada dos trabalhos de Perus abre um novo período histórico onde o debate sobre o desaparecimento forçado que ocorre ainda hoje ganha força. "A Ditadura nos legou todo um aparato de desaparecimento que se volta hoje contra a população mais pobre e marginalizada do Brasil", afirmou. O Secretário de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, Rogério Sottili, afirmou que a retomada dos trabalhos em Perus é um capítulo importante para reconstruir a verdadeira história do Brasil durante a Ditadura Militar. "Retomar o trabalho de Perus é essencial para acabar com práticas como a tortura e o desaparecimento forçado que continuam ocorrendo desde então", afirmou. A presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), Eugênia Gonzaga, afirmou durante o evento que identificar as ossadas de Perus significa "devolver a história para a sociedade e para os familiares e amigos dos desaparecidos políticos da Ditadura Militar".



José Luiz Del Roio, representante do Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça, lembrou do descaso do Estado brasileiro. "Foram necessários 24 anos de luta política para que finalmente o Estado brasileiro começasse a identificar os restos mortais dos que foram mortos durante a Ditadura Militar", afirmou. A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Eleonora Menicucci, ressaltou com orgulho seu passado de enfrentamento à ditadura militar. "Tenho muita satisfação e alegria de estar no governo para dar início a esse trabalho e acompanhá-lo de perto", celebrou.

Comissão da Verdade Ainda durante o evento, o presidente da Comissão Nacional da Verdade, Pedro Dallari, teceu duras críticas ao exército brasileiro que se recusa a assumir oficialmente que houve morte e tortura de opositores políticos durante o período da Ditadura Militar. "Não é possível negar fatos que são óbvios e comprovados", afirmou. **Retomada** Depositados no Ossário Geral do Cemitério Araçá desde 2002, os restos mortais voltarão a ser analisados por especialistas em antropologia forense do Brasil, e do exterior, assim como por peritos legistas cedidos de diferentes órgãos públicos. No dia 22 deste mês, os especialistas realizarão uma oficina de nivelamento de procedimentos, com a participação das equipes forenses nacionais e internacionais. A retomada das análises é fruto de anos de empenho de familiares de mortos e desaparecidos políticos que há décadas cobram do Estado esforços de reparação às vítimas das violações de Direitos Humanos ocorridas durante a ditadura civil-militar iniciada em 1964. Em resposta, a SDH/PR em conjunto com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo e a Universidade Federal de São Paulo firmou convênio para viabilizar a retomada dos trabalhos. Desde julho, pesquisadores compilam informações sobre a ditadura, o Cemitério Dom Bosco e a estrutura da repressão em São Paulo. A partir dessas informações, foi possível definir os nomes de possíveis vítimas inumadas na vala clandestina e reunir dados necessários para as análises antropológicas. Após os exames antropológicos, o material genético coletado será encaminhado a laboratórios especializados para a elaboração de perfil genético das ossadas, sendo que a lavagem, secagem, catalogação, triagem e análise genética serão realizadas ao longo de 2015. A reitora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Soraya Smaili, agradeceu aos familiares por confiarem à universidade a análise das ossadas da vala Clandestina de Perus. Afirmou ainda que a partir dessa parceria nascerá um primeiro grande centro especializado na área de antropologia forense **Perus** A vala clandestina de Perus foi aberta em 1990. Nela, foram encontradas 1.049 ossadas, dentre as quais estariam os restos mortais de desaparecidos políticos da ditadura, indigentes e vítimas de grupos de extermínio. Na primeira fase do trabalho de identificação, serão investidos R\$ 2,4 milhões, de um total de R\$ 3,5 milhões. Este investimento está sendo destinado à contratação dos peritos e ao aluguel do espaço que será utilizado nas análises.